

**HABEAS CORPUS Nº 549.085 - PA (2019/0358793-5)**

**RELATOR** : **MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK**  
**IMPETRANTE** : GIOVANNI BEZERRA BITENCOURT E OUTROS  
**ADVOGADOS** : OSVALDO BENEDITO TEIXEIRA - PA004571  
GIOVANNI BEZERRA BITENCOURT - PA018732  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
**PACIENTE** : FRANCISCA MACIEL SARDINHA (PRESO)  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

**DECISÃO**

Trata-se de *habeas corpus* substitutivo de recurso próprio, com pedido liminar, impetrado em benefício de FRANCISCA MACIEL SARDINHA, contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Pará, no julgamento do HC n. 0808517-33.2019.8.14.0000.

Extraí-se dos autos que foi determinada a prisão preventiva da paciente sob acusação da prática de crime previsto no art. 121, § 2º, incs. II e IV, do Código Penal (homicídio qualificado).

Irresignada, a defesa impetrou *habeas corpus* perante o Tribunal de origem, o qual denegou a ordem em acórdão assim ementado:

*“HABEAS CORPUS - HOMICÍDIO QUALIFICADO - DA ALEGAÇÃO DE AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO/AUSÊNCIA DOS REQUISITOS DO ART. 312, DO CPP - CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO CONFIGURADO - DECISUM DEVIDAMENTE MOTIVADO - PREENCHIDOS OS REQUISITOS DO ART. 312, DO CPP - MANUTENÇÃO DA SEGREGAÇÃO CAUTELAR DO PACIENTE SE FAZ NECESSÁRIA - INCABÍVEL A APLICAÇÃO DE MEDIDAS CAUTELARES DIVERSAS DA PRISÃO - DO PLEITO PELA SUBSTITUIÇÃO DA PRISÃO PREVENTIVA POR DOMICILIAR (FILHOS MENORES DE 12 ANOS E GRAVIDEZ) - IMPOSSIBILIDADE - CRIME PRATICADO COM VIOLÊNCIA. INTELIGÊNCIA AO INCISO I, DO ART. 318-A, DO CPP E AO POSICIONAMENTO DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL NO HABEAS CORPUS COLETIVO N. 143.641/SP - STF - ORDEM CONHECIDA E DENEGADA.*

*1 - DA ALEGAÇÃO DE AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO/AUSÊNCIA DOS REQUISITOS DO ART. 312, DO CPP: Compulsando os presentes autos, não se vislumbra o alegado constrangimento ilegal na segregação cautelar da paciente, em virtude*

da constatação da presença dos requisitos do art. 312 do CPP e da fundamentação escoreita apresentada.

*In casu*, o Juízo discorreu a legislação pertinente e a subsumiu ao caso concreto, demonstrando a evidente presença do requisito do art. 312 do CPP, para garantia da ordem pública, instrução processual e futura aplicação da lei penal.

O *fimus comissi delicti* resta evidenciado no presente caso haja vista que conforme pontuou o Juízo de origem restou evidenciado nos autos que os indícios de autoria ou participação da paciente no delito objeto do processo de origem, tendo ainda, restado comprovada a materialidade do delito.

Já o *periculum libertatis* (garantia da ordem pública, instrução processual e futura aplicação da lei penal), fora fundamentado pelo Juízo, em suma, pela gravidade do delito praticado e o *modus operandi* da conduta delituosa dos agentes, devendo aqui ser destacado que pelas informações prestadas pelo Juízo de origem, ao que tudo indica a paciente agarrou a vítima enquanto seu companheiro com uma pequena faca de serra ou um espeto de churrasco desferiu 05 (cinco) golpes no ofendido, sendo 03 (três) na região do 'omoplata esquerdo' e 02 (duas) na região 'paraesternal esquerda', causando a morte da vítima.

Ressalta-se, por oportuno, que da análise das decisões combatidas, transcritas no voto condutor, proferidas pelo Juízo a quo, pcrccbc-se que o mesmo respeitou o mandamento constitucional insculpido no inciso IX, do art. 93 da Constituição Federal/88, que relata o princípio da motivação das decisões judiciais.

E cediço que a decisão minimamente fundamentada pelo Juízo a quo, já se mostra apta a justificar a segregação cautelar, já havendo inclusive precedentes, em decisões unânimes, desta E. Seção de Direito Penal.

Constata-se, por conseqüência, haver fundamentação idônea e apta a se manter o decreto cautelar, de modo que a motivação firmada na decisão constritora, impondo-se a medida como garantia do próprio prestígio e segurança da atividade jurisdicional. restando plenamente demonstrada a desnecessidade e inadequação das medidas menos invasivas do art. 319 do CPP.

Nessa esteira de raciocínio, entende-se estar a decisão impugnada escoreita, pois é pacificada a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça no sentido de que a gravidade concreta do delito, evidenciadas pelo *modus operandi* da conduta criminosa pode servir de fundamento ao decreto de prisão preventiva.

Ressalte-se, ainda, a dogmática do princípio da confiança no juiz da causa, o qual estabelece que o juiz condutor do feito está em melhor condição de avaliar se a segregação social do paciente se revela necessária.

*Por fim, cumpre salientar que possíveis condições pessoais favoráveis à paciente, por si só, não obstam a segregação cautelar, quando evidentes os requisitos ensejadores da prisão, ex vi da Súmula n. 08/TJPA.*

*2 - DO PLEITO PELA SUBSTITUIÇÃO DA PRISÃO PREVENTIVA POR DOMICILIAR - FILHOS MENORES DE 12 ANOS E GRAVIDEZ: Da análise detida dos autos, verifica-se não assistir razão ao impetrante ao pleitear pela conversão da prisão preventiva da paciente em prisão domiciliar, haja vista o delito apurado no processo origem, supostamente perpetrado pela paciente em conluio com seu companheiro, ser o de homicídio qualificado, o que exclui a possibilidade de tal conversão, em razão de o crime ter necessariamente sido perpetrado com o uso de violência.*

*Nessa esteira de raciocínio, não resta preenchida a condição prevista no inciso I, do art. 318-A, do CPP, para a concessão do benefício.*

*Ressalta-se, por oportuno, que inclusive o posicionamento adotado pelo Supremo Tribunal Federal no Habeas Corpus Coletivo n. 143.641, elide a possibilidade da aplicação do benefício, em delitos perpetrados com o uso de violência ou grave ameaça, como o do presente caso.*

*Por fim, destaco que, em que pese a Douta Procuradoria de Justiça tenha se posicionado pela possibilidade da conversão da prisão preventiva em prisão domiciliar, este Órgão ad quem de forma alguma fica restrito ao posicionamento do parquet, tal fato consiste no princípio do livre convencimento motivado, o qual permite ao magistrado ao analisar as provas dos autos decidir de acordo com o seu convencimento de maneira justificada, como bem ocorrerá no presente caso.*

*3 - ORDEM CONHECIDA e DENEGADA.”*

No presente *writ*, alega que a paciente faz jus à prisão domiciliar, nos termos do art. 318, V, do CPP, tendo em vista que ser mãe de duas crianças menores de 12 anos, estando grávida da terceira.

Afirma que estão ausentes os requisitos da prisão preventiva e que não existem provas da participação da paciente no delito.

Requer, em liminar e no mérito, a revogação da prisão, a fim de que a paciente aguarde ao julgamento em liberdade e assim permaneça até o trânsito em julgado de eventual sentença condenatória.

É o relatório.

# Superior Tribunal de Justiça

Decido.

Diante da hipótese de *habeas corpus* substitutivo de recurso próprio, a impetração sequer deveria ser conhecida segundo orientação jurisprudencial do Supremo Tribunal Federal e do próprio Superior Tribunal de Justiça. Contudo, considerando as alegações expostas na inicial, razoável o processamento do feito para verificar a existência de eventual constrangimento ilegal.

No caso, ao menos em juízo perfunctório, não é possível identificar de plano o constrangimento ilegal aventado ou, ainda, a presença do *fumus boni iuris* e do *periculum in mora*, elementos autorizadores para a concessão da tutela de urgência.

Confundindo-se com o mérito, a pretensão deve ser submetida à análise do órgão colegiado, oportunidade na qual poderá ser feito exame aprofundado das alegações relatadas após manifestação do *Parquet*.

Por tais razões, **indefiro o pedido de liminar**.

Oficie-se à autoridade coatora, bem como ao juízo de primeiro grau a fim de solicitar-lhes as informações pertinentes, a serem prestadas, preferencialmente, por meio eletrônico, e o envio de senha para acesso ao processo no *site* do Tribunal, se for o caso.

Após, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal para parecer.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 29 de novembro de 2019.

MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK

Relator